



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social
Movendo Outras Engrenagens
Itajubá-MG, Brasil

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE UM CURSO DE INFORMÁTICA PARA MULHERES NUM CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHERES (CRM)

THE CHALLENGES OF IMPLEMENTING A COMPUTER COURSE FOR WOMEN
IN A WOMEN'S REFERENCE CENTER (CRM)

Marta da S Batista

Rejane L Gadelha

Ana Carolina de A. Bassous

Fabiana D. Correia

RESUMO

O presente artigo pretende registrar a experiência de implantação de um curso de informática para mulheres num Centro de Referência para Mulheres (CRM) e os desafios que esse processo de construção tem apresentado. O curso pretende promover, de forma crítica, a apropriação de conceitos e técnicas relacionadas a atual cultura digital e ao mesmo tempo provocar reflexões em suas participantes a respeito das questões de gênero. Abordamos ainda o histórico dos atores envolvidos na parceria e sobre o estabelecimento da mesma, a importância das políticas públicas no combate à violência contra a mulher e as características e metodologia do curso.

Palavras-chave: Tecnologia. Gênero. Educação. Informática. Violência doméstica.

ABSTRACT

This article intends to register the experience of implementing a computer course for women in a Reference Center for Women (CRM) and the challenges that this construction process has presented. The course aims to promote, critically, the appropriation of concepts and techniques related to the current digital culture and at the same time provoke reflections on its participants regarding gender issues. We also discuss the history of the actors involved in the partnership and its establishment, the importance of public policies in combating violence against women, and the characteristics and methodology of the course.

Key-words: *Technology. Gender. Education. Computing. Domestic violence.*

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho, pretendemos registrar a experiência de implantação de um curso de informática para mulheres num Centro de Referência para Mulheres (CRM) e os desafios que esse processo de construção tem apresentado. O curso é uma ação de extensão em parceria entre o Núcleo



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), órgão suplementar do Centro de Tecnologia (CT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do programa de extensão Laboratório de Informática para Educação (LipE) e o Centro de Referência das Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM), vinculado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH), órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH).

O curso pretende promover, de forma crítica, a apropriação de conceitos e técnicas relacionadas a atual cultura digital e ao mesmo tempo provocar reflexões em suas participantes a respeito das questões de gênero. O primeiro módulo iniciou em agosto de 2017 e está previsto para encerrar em dezembro do mesmo ano.

Em 1994, o LipE iniciou o trabalho em extensão na apropriação da cultura digital, e mesmo que tenha trabalhado com grupo de mulheres, este projeto demanda o desafio metodológico como também de transversalizar com a discussão a respeito das relações sociais sexistas.

O processo de implantação do curso tem sido um instrumento importante para pensarmos coletivamente as questões relacionada à gênero e tecnologia. E em como o acesso e autonomia no uso das tecnologias pode ser uma ferramenta que contribua o empoderamento das mulheres.

O artigo se divide em cinco partes: esta primeira com a introdução, na segunda fala sobre o histórico dos atores envolvidos na parceria e sobre o estabelecimento da mesma, na terceira a respeito da importância das políticas públicas no combate à violência contra a mulher, na quarta parte falamos sobre as características e metodologia do curso e na quinta e última, registramos as considerações finais.

LipE (NIDES) E CRM: PARCERIA PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DE MULHERES

Para iniciar o relato de experiência, consideramos muito importante falar a respeito da história dos atores envolvidos nessa parceria materializada através do curso de extensão para mulheres “Aprendendo a usar o computador”.

Breve histórico do Centro de Referência para Mulheres (CRM)

O Centro de Referência para Mulheres (CRM) Suely de Souza Almeida foi inaugurado em dezembro de 2010 e se localiza na Ilha do Fundão que abriga a Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Está



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

vinculado institucionalmente ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH), órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ.

A inauguração do espaço foi realizada pelo então reitor Alúcio Teixeira e pela então ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Nilcéa Freire. Para Nilcéa, o centro seria um espaço interdisciplinar, de confluência “entre o saber e a experimentação de diferentes unidades acadêmicas para pensar metodologias e tecnologias e fazer extensão universitária a partir do atendimento às mulheres”. Para a SPM também estava em pauta que houvesse um centro como aquele dentro de uma universidade em cada região do país, o que possibilitaria a constituição de um espaço de formação para agentes públicos atuarem na área de violência contra a mulher.(PORTAL UFRJ, 2010)

De 2010 até o presente momento, o país passou por diversas mudanças políticas e em 2016, além de ter o orçamento ainda mais reduzido, a SPM perdeu o status de ministério no governo de Michel Temer. Apesar dos retrocessos que tem acontecido em relação às políticas públicas para mulheres e, de modo geral, em direitos humanos no Brasil, o CRM Suely de Souza Almeida está em pleno funcionamento de suas atividades. O prédio é dotado de salas de cinema/teatro, de exposições, de leitura/literatura, de oficinas de dança, cerâmica e artesanato, pátio infantil e brinquedoteca, além de outros espaços e possui na equipe, dentre outros profissionais, assistentes sociais, psicólogos e advogados, que dão apoio às mulheres que vivem nas comunidades no entorno da Cidade Universitária.

Breve histórico do LIpE:

Desde 1994 o LIpE realiza a práxis extensionista a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa participativa, baseada nos princípios de dialogicidade, interdisciplinaridade, ação emancipatória e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como participante do Centro de Tecnologia (CT) no Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social (NIDES) o LIpE desenvolve suas atividades na área de Tecnologia Social, com ênfase em Informática para a Educação e infraestrutura para empreendimentos solidários. Nesta jornada foram acumuladas reflexões através de suas ações extensionistas, nas quais consubstanciam a Metodologia Específica deste relato de experiência, que se



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

compõem processualmente com vários coautores, na qual podemos ressaltar em um breve histórico em três grandes momentos:

Desde 1994, sem recursos, os primeiros coautores da metodologia do LlpE são os professores de escolas públicas em ação de formação para a utilização da Informática para a Educação. A primeira experiência na Escola Municipal Ministro Gustavo Capanema – MGC, CIEP da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro situada no complexo da Maré na Vila do Pinheiro, que transcorre atualmente em outras escolas no Estado do Rio de Janeiro. A proposta de trabalho consiste em pesquisar e aplicar *softwares* e acompanhar as aulas dos professores a partir de seus planejamentos de aula.

Desde 2001, os coautores passam ser também trabalhadores da UFRJ, curso de Apropriação da Cultura Digital, com proposta de trabalho de utilização básica do pacote de escritório no *Word* e no *BrOffice*. O desdobramento da ação passou a ser parte da Política de Capacitação da Pró Reitoria de Pessoal com a formação de educadores a partir da metodologia específica do LlpE para Curso de Qualificação de Técnicos Administrativos que transcorre atualmente em várias unidades da UFRJ como também para trabalhadores terceirizados. A experiência permitiu utilizar a metodologia na Modalidade de Ensino da Educação de Jovens e Adultos, como também na Educação Inclusiva e com idosos.

Desde 2002, passa ter a contribuição de coautores de comunidades, inicia em ação na Vila Residencial da UFRJ, e no período entre 2008 e 2009, com convênio com o Programa de Inclusão Social do Estado do Rio de Janeiro, nos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania dos Centros de Referência da Juventude. Na Apropriação da Cultura Digital com educadores populares em ações com trabalhadores e com crianças, nas comunidades da Vila Residencial da Ilha do Fundão, Maré, Jacarezinho e Vila Paciência, entre outras da Baixada Fluminense. A proposta de trabalho é a utilização de pacotes de escritório há jogos educativos, curso básico de manutenção de microcomputador às noções básicas de programação.

A metodologia do LlpE a ser relatada, possui uma formação processual composta de vários coautores, com dois marcos fundamentais nesta trajetória.

O marco do Curso:

Em junho de 2017 realizamos a primeira reunião entre CRM e LlpE (NIDES), onde falamos a respeito de nossas atuações e do quanto seria interessante uma ação de



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

extensão realizada em conjunto. Nessa primeira reunião, também esteve presente uma funcionária da Agência de Inovação da UFRJ, mas a parceria se consolidou apenas entre LIPE(NIDES) e CRM. Falamos sobre a demanda que diversas mulheres apresentam em se apropriarem da cultura digital e do quanto essa apropriação é importante para suas vidas, dando-lhes maior autonomia no uso das ferramentas tecnológicas, ampliando suas possibilidades de comunicação e aumentando seu nível de capacitação profissional. Assim, nasceu a ideia do curso de extensão “Aprendendo a usar o computador” e conseguimos viabilizar duas bolsas de extensão para estudantes de graduação atuarem no curso.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em nossa atuação como extensionistas no CRM, temos tido a preocupação enquanto equipe de estudar com maior profundidade conteúdos relacionados à gênero, especialmente no que se relaciona à tecnologia, às políticas públicas e às violências contra a mulher.

Participamos de algumas atividades de formação ofertadas pelo CRM para as novas bolsistas do Centro. E enquanto equipe, temos a proposta de promovermos, entre nós, o debate e o estudo da temática. Sabemos que entre nosso público, teremos mulheres que passaram e/ou passam por situações de violência e nossa preocupação tem sido que o curso também seja um espaço de fortalecimento e apoio.

O combate à violência contra a mulher é ainda um desafio para o Brasil, que ocupa a quinta posição nos índices de homicídios femininos num *ranking* com 83 países. Apenas em 2013 foram registrados 4762 assassinatos de mulheres no país, o que equivale a aproximadamente 13 mortes por dia. Destes 4762 assassinatos, 50,3% foram cometidos por membros da família familiares, e em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Esse tipo de crime caracteriza o feminicídio que consiste no assassinato da mulher por sua condição de gênero, é um crime de ódio e foi adicionado à lista dos crimes hediondos. A tipificação do feminicídio como crime é um avanço institucional importante no combate à violência contra a mulher, com a aprovação da Lei nº 13.104/2015, que prevê o feminicídio como circunstância que qualifica o crime de homicídio. Os dados apresentados indicam forte relação entre feminicídio e a violência doméstica. A expectativa é que a lei traga 3 impactos importantes: dar visibilidade para as questões relacionadas à violência contra a



**XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social
Movendo Outras Engrenagens
Itajubá-MG, Brasil**

mulher; evitar “mortes anunciadas”, aumentando a efetividade da Lei Maria da Penha e identificar os entraves em sua aplicação; e ser instrumento de coibição da impunidade refutando argumentos que culpabilizem a vítima. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015)

Outro avanço muito importante é a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que cria mecanismos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. A aprovação dessa lei é uma grande conquista do movimento feminista no Brasil, bem como a criação de Delegacias Especiais da Mulher (DEAM). Ainda no que tange à formulação de políticas públicas, acontecem em 2005 e 2007, duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, com a mobilização de mais de 3 mil mulheres e produção de importantes documentos com a análise sobre a situação da mulher no país. (BATISTA, M., 2016)

A Lei Maria da Penha caracteriza a violência contra a mulher em cinco tipos: física, moral, patrimonial, psicológica e sexual.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006)

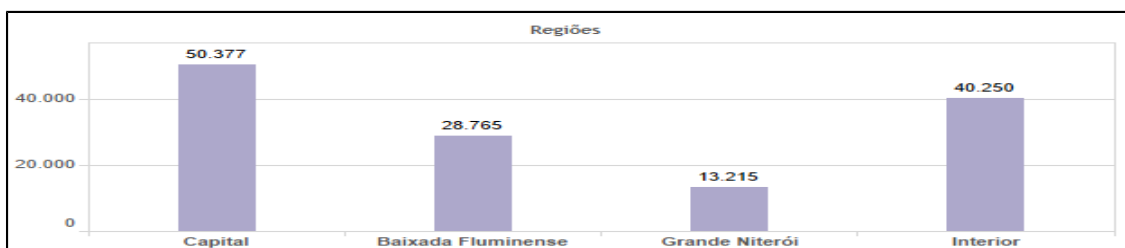
Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ), no estado foram registrados em 2016, 132.607 casos de violência contra a mulher e a capital do estado, o município do Rio de Janeiro, foi a região com a maior concentração dos crimes, com 37,9% do total. Quanto ao perfil das vítimas, tinham



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

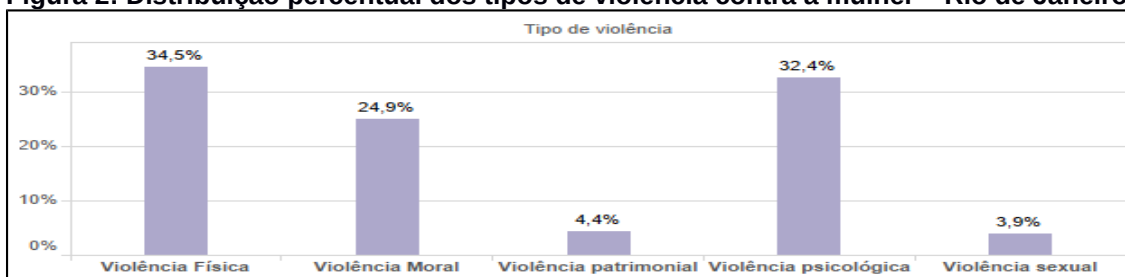
idade entre 30 e 59 anos, 35,8% possuem o ensino médio completo, a maioria (50,2%) consta como solteira no estado civil e 50,8% se declaram preta ou parda.

Figura 1: Distribuição do quantitativo de crimes de violência contra a mulher por região do Rio de Janeiro - 2016



Fonte: ISP/RJ

Figura 2: Distribuição percentual dos tipos de violência contra a mulher – Rio de Janeiro/2016



Fonte: ISP/RJ

Os dados nos indicam a grande importância do CRM Suely de Souza Almeida e de ações de extensão que promovam a equidade de gênero para a região.

A dependência emocional e a dependência financeira são alguns dos fatores que explicam a permanência das mulheres em relações abusivas e violentas. Acreditamos que o curso pode contribuir para fortalecer a autoestima das mulheres ao se sentirem capazes de manejar o computador, ferramenta tecnológica tão importante nos tempos atuais. E também favorecer a qualificação da mulher para o mercado de trabalho.

Nos interessa ainda, ao longo da trajetória do curso, refletir a respeito dos papéis socialmente construídos e atribuídos a cada gênero e analisar em que medida esses papéis tiveram impacto nas possibilidades de acesso à recursos tecnológicos das educandas.

CARACTERIZAÇÃO DO CURSO E METODOLOGIA

Metodologia de Pesquisa

A ação parte da metodologia participativa (THIOLLENT, 2000) em que é aplicada enquanto ferramenta de pesquisa e enquanto pressuposto teórico que subscreve



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

toda práxis da metodologia específica do LipE, na qual o fazer e os conceitos estão juntos. A metodologia participativa tem como base a interação entre os atores sociais durante o processo, desde o planejamento inicial, a escolha e definição dos problemas, a seleção da solução, o planejamento das ações, a realização das ações e os processos de avaliação com a equipe, com graduandas e profissionais do CRM até na práxis pedagógica, o reflete no processo de ensino-aprendizagem.

É neste momento, que as características da participação na metodologia são importantes para a emancipação dos atores sociais e para sua realização, pois a dialogicidade (FREIRE, 1987) como base metodológica de todo processo de formação. O curso possui como atividades os problemas a serem enfrentados, consubstanciados por diversas expertises, no caso do NIDES e do CRM, possibilitando assim um campo para a interdisciplinaridade em fazer frente às questões sociais, ambientais, técnicas e fundamentalmente no que tange a violência nas mulheres.

Neste sentido, o pressuposto teórico concebe a relação mulher & tecnologia a partir de uma análise sobre os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, no qual a tecnologia enquanto cultura (BARRETO, 2009), no caso ainda muito “excludente” para a maioria da população. Neste sentido, a tecnologia é reflexo da cultura sexista e nos interessa investigar maneiras da mulher romper com o papel em que lhe é imposto nesta dinâmica social.

Desafios do projeto:

Os desafios são interpostos em vários níveis de intensidade, nos quais identificamos a maioria, de maneira a organizarmos estratégias de superação.

O primeiro, como **reconhecer a natureza problemática** a que levaram aquelas mulheres a ir ao CRM. Para isso, o próprio olhar da equipe deveria ser composta por mulheres, neste sentido, a composição feita foi por duas técnicas administrativas, uma especialista na área da apropriação da cultura digital do LipE / NIDES e por uma militante no feminismo e com trajetória pela tecnologia social NIDES, o que proporciona a formação recíproca, como também com as contribuições duas bolsistas de extensão, uma estudante do curso de Letras/Literatura e outra do curso Letras/Japonês. A formação é recíproca no processo, em que o planejamento inicial é um espaço de troca de saberes além da sala de aula (laboratório de informática).



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

O segundo, faz parte da definição dos problemas, decisões e a seleção da solução. Na qual algumas questões são claras, tais como a investigação da linguagem própria, para isso uma **abordagem experimental identificável e mensurável**, através das atividades e um acompanhamento mais direto com cada educanda, para isso a equipe precisa ter claro abordagem e a quem abordar.

Em terceiro, a construção da **relação de confiança** entre equipe e entre a turma como um todo. A totalidade da relação desta confiança é primordial para o andamento do trabalho. Entendendo a totalidade em seu aspecto objetivo e subjetivo, no conteúdo e na afetividade, na dialogicidade da construção do conhecimento de forma colaborativa. Como também, em outra ordem de grandeza, com a própria relação com a equipe do CRM, como parte integrante do processo.

Em quarto, compõem da **elaboração das atividades** da apropriação da cultura digital que contém a questão da violência e o quanto atinge a mulher nesta sociedade sexista em que vivemos. Para isso, a equipe apropriar-se das questões, como também na formulação das atividades na escolha de textos, artigos, pesquisa pela cultura digital, assim dando significado e sentido para integrantes no curso,

Estes são os desafios estruturantes do processo e no decorrer certamente iremos nos deparar com outros que compõem a própria formação pelo projeto.

Procedimentos Metodológicos do Curso

O curso “Aprendendo a usar o computador” não é apenas para as mulheres atendidas no CRM, mas é voltado exclusivamente para mulheres e foi divulgado em canais de comunicação internos e externos à universidade. O primeiro módulo iniciou em agosto de 2017 e a previsão é que dure até dezembro do mesmo ano.

O objetivo geral do curso é promover, de forma crítica, a apropriação de conceitos e técnicas relacionadas a atual cultura digital. E os objetivos específicos são: promover o uso, de forma autônoma e crítica, dos principais recursos computacionais no mundo do trabalho e no cotidiano, privilegiando as ferramentas abertas e gratuitas; estimular a construção colaborativa entre todos os sujeitos envolvidos no processo em contraposição ao modelo hegemônico atual no mundo digital e fornecer noções básicas sobre o funcionamento do computador e de suas redes.



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

A capacidade de vagas está vinculada à capacidade do laboratório que atualmente possui 10 máquinas. As aulas são semanais, com duração de 2,5 horas e o conteúdo programático básico do curso consiste em editores de texto e de apresentação no ambiente Linux e pesquisas na internet. A partir de nossa metodologia, os conteúdos trabalhados poderão ser modificados por suas integrantes.

O curso teve bastante procura, inclusive por mulheres estudantes da UFRJ que apresentam bastante dificuldade no uso do computador. Devido à alta demanda, definimos abrir duas turmas. Até o fechamento deste artigo, tivemos apenas uma aula e estamos ainda no mapeamento do perfil das alunas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação possui a práxis pedagógica com apropriação tecnológica - mais especificamente com a informática, com a base do pressuposto da educação emancipatória crítica. Significa problematizar e modificar aspectos da cultura didática através da Metodologia construída pelo LIpE consubstanciada pela pesquisa participativa, cooperação e a dialogicidade, na qual este relato de experiência aponta seus limites e possibilidades como considerações finais. Entendendo assim, como um desafio o tema dos Direitos Humanos como condutor de todo processo. O dinamismo requer à pesquisa constante em identificar os principais elementos sensibilizadores das participantes do curso, de maneira a incorporá-las desse processo e as comprometer-las na formação das demais, com mediação pautada pela problematização.

É importante ressaltar que todas envolvidas, desde a equipe às educandas são coautoras da pesquisa, da formação e da própria Metodologia que se destina à mudança crítica da prática pedagógica.

Outro aspecto relevante é a produção de conhecimentos a partir do processo teórico-metodológico participativo, em que se permitem também a organizar-se em um saber no conteúdo do ensino-aprendizagem. Mesmo que este conteúdo seja oculto a diretrizes de um curso de informática, ele permite se constituir por um outro modelo que é pela *práxis* docente, na qual as graduandas que estão na equipe possam fazer parte e refletir.

Mesmo assim, por parte das educandas, o curso não garante haver uma mudança não significava e qualitativa no uso cultura digital que permita romper com características do fetiche tecnológico e alienação, mas se propõe a mudança de



XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil

hábitos com autonomia e gerar independência emocional e técnica. O que possa ser mais visível quando consubstanciadas em atitudes voltadas a mudança da realidade das que ali se encontram no CRM.

Ainda se pretende avançar com a metodologia de formação pela práxis entre NIDES e o CRM à contribuir para transformação emancipatória, com a práxis social que dialogue e articule as aulas aos acontecimentos em seu entorno, subsidiada por princípios provocadores de rupturas. A importância é que a metodologia da práxis é uma formação processual das envolvidas que sempre terão o que auto superar.

Percebemos o curso de extensão para mulheres “Aprendendo a usar o computador” como uma construção muito rica e importante. Onde temos tido a oportunidade de refletir mais profundamente sobre as relações que envolvem tecnologia e gênero. E de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas que envolvam a universidade pública na luta contra qualquer tipo de opressão, nesse caso na luta contra o machismo e pela equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. S. **Estudo sobre as relações de trabalho e gênero das engenheiras de produção formadas no Cefet/RJ UnED Nova Iguaçu**. Projeto Final (Graduação) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Unidade de Ensino Descentralizada em Nova Iguaçu, Departamento de Engenharia de Produção. Dez 2016.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 10 de agosto de 2017.

Centro de Referência de Mulheres – CRM. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/crm.html> Acesso em: 05 de agosto de 2017

BARRETO, Raquel Goulart. **Discursos, Tecnologias, Educação**. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GADELHA, R. L. L.; GRAÇA, R. J. S.; SOUSA, A. C. G. **A dialogicidade na trajetória do planejamento colaborativo à cultura digital para Educação**. In: Addor, Felipe; Lianza, Sidney. (Orgs.). *Percursos na Extensão Universitária: Saindo da torre de marfim*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, v. 1, p. 1-250.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública.

Dossiê

Mulher.

Disponível



**XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social
Movendo Outras Engrenagens
Itajubá-MG, Brasil**

em:[https://public.tableau.com/profile/instituto.de.seguran.a.p.blica.isp#!/vizhome/Dos siMulher_0](https://public.tableau.com/profile/instituto.de.seguran.a.p.blica.isp#!/vizhome/Dos%20Mulher_0) Acesso em: 01 de agosto de 2017.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra a mulher**. São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio>> Acesso em: 07 de março de 2017

JUNIOR, Gilmar Constantino. **Relato de experiência do Curso de Apropriação Digital para Trabalhadores Públicos e Terceirizados da UFRJ**. Congresso de Extensão da UFRJ. 2016

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis: O pensamento de Marx no século**

“Ministra inaugura Centro de Referência das Mulheres da UFRJ” **Portal UFRJ: online**, 21 dez. 2010. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/ministra-inaugura-centro-de-refer-ncia-das-mulheres-da-ufrj> Acesso em: 12 de agosto de 2017.

PINTO, Álvaro V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia Participativa e Extensão Universitária, Conceitos, Métodos e Práticas**. Niterói: EdUFF, 2000.